



PEDIDO DE COMPRA: 000022 / 2026

EMIÇÃO: 14/01/2026

SECRETARIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA - SEMINFRA

Objetivo: LICITAÇÃO PARA FORMAR REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS PERMANENTES BOMBA DE ÁGUA SUBMERSA E QUADRO DE COMANDO.

Justificativa: ATENDER AS DEMANDAS DO SETOR DA ÁGUA E NOVAS IMPLANTAÇÕES DE REDES DE ÁGUA e CISTERNAS.

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O objeto da presente licitação é a aquisição parcelada de bombas de água submersa e quadros de comando para poços artesianos.

As bombas de água submersa e quadros de comando, são essenciais para garantir um abastecimento hídrico eficiente e contínuo para a população, tanto urbana quanto rural. Atualmente, diversos poços artesianos, que são fontes vitais para o fornecimento de água potável, operam com equipamentos obsoletos ou necessitam de reparos frequentes, o que compromete a regularidade no fornecimento de água aos municípios.

A distribuição de água é essencial as comunidades do município, e devido os últimos anos estarmos enfrentando estiagem, ocorre que as bombas de água submersa necessitam ficarem ligadas o tempo todo, para que a água chegue até a casa de todos os moradores das comunidades. Desta forma, as mesmas acabam desgastando de forma mais rápida, estragando ou queimando. Sendo necessário o conserto de forma urgente, para que os moradores não fiquem sem água.

Ainda, tais equipamentos serão utilizados em cisternas que serão instaladas pelo Município, como forma de garantir o abastecimento de água.

Para que não ocorra danos e prejuízo a administração pública, devido aos inúmeros consertos que ocorreu nos últimos anos, é necessário ter registro de preços de material permanente bomba submersa e quadro de comando, para que quando as mesmas vierem a estragar de forma que não tenha mais conserto, ser substituída de forma ágil e econômica.

Visando atender a demanda interna das Secretarias por se tratar de objeto comum a estas, faz-se necessária a aquisição destes materiais permanentes para utilização na manutenção dos sistemas de abastecimento de água e implantação de novas redes de água, onde situam-se as bombas de água submersa e quadro de comando que fazem a distribuição de água em várias localidades do município. Garantindo assim uma eficiente e mais econômica distribuição de água.

Portanto, a contratação proposta visa não apenas atender a uma demanda urgente, mas também fortalecer a infraestrutura de abastecimento hídrico do município, promovendo o desenvolvimento sustentável e o bem-estar social dos seus habitantes.

ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A contratação pretendida está prevista no PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL DO MUNICÍPIO DE SÃO LUIZ GONZAGA, nos itens 12116, 03836, 13700, 01377, 06705, 6832.

DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os objetos têm natureza comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CARACTERÍSTICAS:

ITEM 01: BOMBA DE ÁGUA SUBMERSA 4.5 HP, 30 ESTÁGIOS 380V 4" POLEGADAS, motor de ferro, hidráulica parte externa ferro e interna podendo ser de bronze;

ITEM 02: BOMBA DE ÁGUA SUBMERSA 3.0 HP 21 ESTÁGIOS 220 V 4" POLEGADAS, motor de ferro, hidráulica parte externa ferro e interna podendo ser de bronze;

ITEM 03: BOMBA DE ÁGUA SUBMERSA 9 HP 10 ESTÁGIOS 380 V 6" POLEGADAS, motor de ferro, hidráulica parte



externa ferro e interna podendo ser de bronze;

ITEM 04: BOMBA DE ÁGUA SUBMERSA 12 HP 10 ESTÁGIOS 380V 6" POLEGADAS, motor de ferro, hidráulica parte externa ferro e interna podendo ser de bronze.;

ITEM 05: BOMBA DE ÁGUA SUBMERSA 8 HP TRIFÁSICO 16 ESTÁGIOS 6" POLEGADAS, motor de ferro, hidráulica parte externa ferro e interna podendo ser de bronze;

ITEM 06: QUADRO DE COMANDO TRIFÁSICO 380V, em chapa metálica.;

ITEM 07: QUADRO DE COMANDO MONOFÁSICO 220V, em chapa metálica.

Os itens deverão estar em conformidade com **normas ABNT** aplicáveis; **Certificação do INMETRO e acompanhados de folder**;

2- PRAZO, FORMA E LOCAIS DE ENTREGA:

2.1. O fornecimento do objeto contratado se dará de acordo com as quantidades SOLICITADAS por cada secretaria, sendo que a entrega se dará no prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento da ordem de fornecimento acompanhada de nota de empenho correspondente, emitida pelo CONTRATANTE. A entrega DEVERÁ ocorrer na sede das secretarias requisitantes DENTRO DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO.

2.2. A ENTREGA DEVERÁ SER FEITA SEM CUSTOS PARA O MUNICÍPIO.

2.3. O prazo de vigência do registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado o quantitativo originalmente registrado, por igual período, desde que sejam comprovados os seguintes requisitos: * manutenção do preço vantajoso, mediante reajustamento de preços por índices de correção monetária, gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos de produção ou dos insumos, que deverá ser comparado com pesquisa de preços na forma do Decreto nº 6.871, de 27 de dezembro de 2022; * haver previsão expressa no edital e na ata de registro de preços; * estar previsto na fase do planejamento da contratação (Estudo Técnico Preliminar); * a prorrogação deverá ser celebrada por termo aditivo da ata de registro de preços dentro do prazo de sua vigência.. O contrato que decorrer de ata de registro de preços possuirá vigência de acordo com a disposições nela contidas e em observância aos arts. 105 a 114 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.4. O recebimento do objeto não exclui responsabilidade do licitante contratado quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando da sua normal utilização pelos usuários.

2.5. Por ocasião da entrega, caso seja detectado que os produtos não atendam as especificações do objeto licitado, poderá a administração rejeitá-lo, integralmente ou em parte, obrigando-se a licitante a providenciar a substituição do bem não aceito, no prazo de 72 horas, contados de sua notificação.

2.6. Os itens a serem entregues deverão ser adequadamente acondicionados, de forma a permitir a completa preservação do mesmo e sua segurança durante o transporte.

2.7. A nota fiscal deverá ser entregue junto com o objeto.

2.8. A empresa contratada deverá no tocante ao fornecimento e entrega do item objeto deste Certame, OBEDECER rigorosamente às disposições legais pertinentes.

2.9. O objeto do presente contrato será recebido: PROVISORIAMENTE, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, designado pelo CONTRATANTE, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais. O recebimento provisório deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias úteis da entrega do objeto, pela CONTRATADA, mediante recibo. DEFINITIVAMENTE por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante assinatura de termo circunstanciado comprovando o atendimento das exigências contratuais. O recebimento definitivo ocorrerá depois de transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias úteis do recebimento provisório.

3. PAGAMENTO:

3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias úteis contados da apresentação da nota fiscal ou nota fiscal fatura à Secretaria Municipal da Fazenda, devendo constar nela ou acompanhá-la o atestado de recebimento expedido e devidamente assinado pelo fiscal do contrato. O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação.

3.2. Quanto do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE:

4.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;



4.2. Assegurar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato.

4.3. Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada no edital e neste contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso.

4.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

4.5. Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA, conforme definido neste contrato.

4.6. Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

4.6.1. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

4.7. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês.

São obrigações da CONTRATADA:

4.8. Fornecer o objeto de acordo com as especificações, quantidade e prazos do edital e deste contrato, bem como nos termos da sua proposta, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

4.9. Responsabilizar-se pela integralidade dos ônus, dos tributos, dos emolumentos, dos honorários e das despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos empregados que utilizar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos.

4.10. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

4.11. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.12. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.13. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.14. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

4.15. Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à CONTRATADA o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI) e quaisquer outros insumos necessários à prestação dos serviços.

5. SANÇÕES:

O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I- dar causa à inexecução parcial do contrato;

II- dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III- dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI- não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;



VIII- apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI- praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; XII- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I- advertência;

II- multa;

III- impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6. EXTINÇÃO

6.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto. 6.2. artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

6.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

6.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.4. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art.

14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021). A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021. Para fornecimento do objeto pretendido, os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título de habilitação, nos termos do art. 62 da Lei Federal nº 14.133/2021:

Habilitação jurídica:

Cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;

Cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o licitante for pessoa natural, ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), se o licitante for pessoa jurídica;

Cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Habilitação fiscal, social e trabalhista:

Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, e com o Município de São Luiz Gonzaga-RS, nos termos do art. 193 do Código Tributário Nacional, ou outra equivalente, na forma da lei;

Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho; Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (realizada diretamente no sistema quando do lançamento da proposta).

Habilitação econômico-financeira: Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica,



emprazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento.

ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Os quantitativos estimados para a contratação pretendida têm como parâmetro as últimas contratações com o mesmo objeto e a quantidade de poços existentes no município, realizadas por esta Administração:

PECULIARIDADES DO OBJETO: DESCRIÇÃO/CARACTERÍSTICAS:

ITEM 1 BOMBA DE ÁGUA SUBMERSA 4,5 HP MÍNIMO: 1 UNID MÁXIMO: 20 UNID

ITEM 2 BOMBA DE ÁGUA SUBMERSA 3 HP MÍNIMO: 1 UNID MÁXIMO: 10 UNID

ITEM 3 BOMBA DE ÁGUA SUBMERSA 9 HP MÍNIMO: 1 UNID MÁXIMO: 20 UNID

ITEM 4 BOMBA DE ÁGUA SUBMERSA 12 HP MÍNIMO: 1 UNID MÁXIMO: 20 UNID

ITEM 5 BOMBA DE ÁGUA SUBMERSA 8 HP MÍNIMO: 1 UNID MÁXIMO: 20 UNID

ITEM 6 QUADRO DE COMANDO TRIFÁSICO 380V MÍNIMO: 1 UNID MÁXIMO: 20 UNID

ITEM 7 QUADRO DE COMANDO MONOFÁSICO 220V MÍNIMO: 1 UNID MÁXIMO: 25 UNID

A definição da quantidade de bombas submersas e quadros de comando fundamenta-se na necessidade de manutenção e continuidade do sistema de abastecimento de água utilizado pelo Município, considerando a existência aproximada de **100 poços artesanais** distribuídos em comunidades do interior, prédios públicos e demais pontos de captação.

As **bombas submersas e quadros de comando** constituem equipamentos essenciais para o funcionamento desses sistemas, sendo responsáveis pela captação e elevação da água. Tais equipamentos estão sujeitos a **desgaste natural decorrente do uso contínuo, variações de tensão elétrica, presença de sedimentos na água e condições ambientais**, fatores que podem ocasionar falhas ou redução de desempenho ao longo do tempo.

ALTERNATIVAS DISPONÍVEIS NO MERCADO

Conforme pesquisa de mercado realizada, para solução da necessidade administrativa objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, vislumbra-se possível, sob os aspectos **técnico e econômico**, a contratação de empresas especializadas em fornecimento de bomba de água submersa e quadro de comando.

A primeira alternativa para esta solução seria contratar uma empresa especializada para fazer a troca da mesma, porém se tornaria economicamente mais caro e mais demorado, em virtude de que precisa ser realizado com maior agilidade possível.

A segunda e melhor alternativa é a formação de registro de preços para aquisição das bombas submersas e quadros de comando, pois tem servidor capacitado para fazer a troca quando necessário.

A análise realizada demonstra que a contratação de empresas especializadas, garante **viabilidade técnica e econômica** do processo, atendendo aos princípios da **eficiência, economicidade e planejamento**.

Conforme pesquisa de mercado realizada, para solução da necessidade administrativa, os objetos do presente Estudo Técnico Preliminar, vislumbra-se possível, sob o aspecto técnico e econômico, a contratação de empresa especializada para FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO BOMBAS DE ÁGUA SUBMERSAS E QUADROS DE COMANDO. Neste sentido, os potenciais fornecedores estão devidamente informados no MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS anexo a esse ETP. Tais referências foram obtidas por pesquisas nos sites LicitaConCidadão - TCE-RS, PNCP, efetuadas com base no Decreto Municipal n.º 6871 de 2022, que "Estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral e para contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito do Município de São Luiz Gonzaga, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021".

Destacamos ainda assim, que é a alternativa que oferece melhor relação com custo-benefício, garantindo a manutenção e o pleno funcionamento dos poços artesanais do município de São Luiz Gonzaga, atendendo ao interesse público e promovendo a eficiência administrativa, técnica e econômica.

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO



Estima-se para a contratação almejada, R\$ 1.115.559,80. Vislumbra-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado correspondente, observando-se o disposto no Decreto Municipal n.º 6871 de 2022, que “Estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral e para contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito do Município de São Luiz Gonzaga. RS, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”. As pesquisas de Preços foram realizadas no Licitacão cidadão RS, PNCP.

Parâmetros utilizados para obtenção de preço: busca de descritivo semelhante ao objeto a ser contratado; contratações com data máxima de um ano da data da pesquisa; análise crítica de todos os orçamentos encontrados de forma a extrair aqueles com valores semelhantes entre 03 (três) - no mínimo de forma que a diferença entre o maior nunca supere 75%.

A metodologia utilizada para a obtenção do preço estimado foi a média dos valores praticados pelo mercado para serviços semelhantes, com base no Art. 6º, §1º do Decreto Municipal Nº 6.871/2022. Justifica-se tal metodologia por ajudar a identificar ofertas razoáveis e alinhadas ao mercado, contribuindo assim para um processo mais justo, equilibrado e eficiente, tanto para a Administração Pública quanto para os fornecedores.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Mostra-se a alternativa de registro de preços para aquisição de bombas submersa e quadro de comando mais adequada sob os aspectos **técnico, econômico e operacional**, considerando as características do objeto e as necessidades da Administração Pública.

Tal alternativa tem como base as últimas contratações emergenciais, que se deram devido nos últimos dois anos o município ter enfrentado a questão de estiagem, que se declara fenômeno da natureza no qual não se existe controle sob o mesmo. Acontece que as algumas localidades possuem bomba submersa mais antigas e em outras aumentou o número de moradores no local e no verão com as altas temperaturas, as bombas necessitam ficar ligadas direto para que a água chegue até a casa dos moradores, fazendo com que se desgaste mais rápido e venha a queimar, o que necessita a troca de mesma de forma rápida.

A primeira alternativa para esta solução seria contratar uma empresa especializada para fazer a troca da mesma, porém se torneira economicamente mais caro.

A segunda e melhor alternativa é a formação de registro de preços para aquisição das bombas submersa e quadro de comando, pois tem servidor capacitado para fazer a troca quando necessário.

A solução proposta é a contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos bomba de água submersa e quadro de comando, para as locais urbanas e rurais do município e demais secretarias. A contratação é necessária para a manutenção e ao pleno funcionamento dos diversos poços artesanais do município de São Luiz Gonzaga.

As bombas submersas e quadro de comando foram especificadas para atender a cada poço artesiano do município, considerando os seguintes aspectos: Potência e Desempenho:

Equipamentos com potências variadas (4,5 HP, 3 HP, 9 HP, 12 HP, 8 HP) foram selecionados para assegurar o atendimento às diferentes profundidades e capacidades de vazão dos poços, garantindo a eficiência do abastecimento de água.

Resistência e Durabilidade: Materiais de fabricação resistentes à corrosão e aptos a suportar as características químicas da água e as condições ambientais locais, aumentando a vida útil e diminuindo os custos de manutenção.

Compatibilidade e Integração: Equipamentos compatíveis com os sistemas elétricos e hidráulicos existentes nos poços artesanais, evitando a necessidade de adaptações significativas, o que reduz custos e tempo de implantação.

Facilidade de Instalação e Manutenção: A escolha por equipamentos que permitam uma instalação e manutenção simplificadas reduz custos operacionais e facilita eventuais reparos, contribuindo para a continuidade do fornecimento de água.

Eficiência Energética: Adoção de tecnologias que otimizam o consumo energético, compatíveis com as políticas de sustentabilidade e eficiência energética do município, promovendo a redução do impacto ambiental e dos custos operacionais.

Sistemas de Proteção e Controle: Inclusão de quadros de comandos e chaves de partidas com sistemas de proteção e controle automatizados, proporcionando segurança operacional e prevenção de falhas.

Compliance: Equipamentos conformes às normas técnicas nacionais e internacionais vigentes, assegurando qualidade, segurança e conformidade regulatória.

Certificados de Garantia e Conformidade Técnica: Exigência de certificados dos fornecedores, garantindo que os produtos atendam aos critérios estabelecidos e possuam vida útil prolongada, reduzindo a frequência de manutenções.



Manuais e Treinamento: Todos os equipamentos devem ser acompanhados de manuais de operação e instalação em língua portuguesa, além da oferta de treinamento técnico para operadores locais, se necessário.

JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Nos termos do art. 40, inciso V, alínea b, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 2º do mesmo art. 40 estabelece que deverão ser considerados a viabilidade da divisão do objeto em lotes, o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Entende-se que a melhor estratégia é o parcelamento do objeto, considerando que este é de natureza divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes.

A licitação será feita por meio do Sistema de Registro de Preços, pois tende a trazer economia de escala, uma vez que maior quantidade resulta em menor preço, na maioria dos casos. Às aquisições dar-se-ão ao longo da validade da ata de registro de acordo com a necessidade de uso dos materiais.

RESULTADOS PRETENDIDOS

Pretende-se, com o presente processo licitatório, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o Município. Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, bem como evitar contratação com sobrepreço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato. A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.

Assim garantindo a continuidade do abastecimento de água, visando assegurar que os poços artesianos mantenham seu funcionamento ininterrupto, evitando quaisquer interrupções no fornecimento de água à população local.

Melhoria na qualidade e ciência dos serviços, melhando significativamente a capacidade operacional dos poços artesianos, através do uso de equipamentos modernos, sendo esses de alta eficiência, trazendo melhores resultados na qualidade do abastecimento de água.

Redução de custos operacionais e de manutenção: Com a utilização de bombas e quadro de comando mais eficientes e duráveis, espera-se uma redução nos custos relacionados à manutenção e ao consumo de energia, em conformidade com o princípio da economicidade estabelecido pela Lei 14.133.

Equipamentos modernos com a redução de incidência em falhas e aumentando a confiabilidade do sistema de abastecimento de água, em conformidade com o princípio da eficiência e segurança jurídica da Lei 14.133.

Desta forma, a busca desses resultados na legislação vigente, da Lei 14.133/2021, art. 5º, estabelece princípios como a economicidade, eficiência e o desenvolvimento sustentável e a segurança jurídica, visando cumprir os objetivos da referida lei, que inclui promover uma gestão pública eficiente e responsável.

PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Para a contratação pretendida não haverá necessidade de providências prévias no âmbito da Administração. As Secretarias Municipais, indicarão servidores para atuarem como gestor e fiscal do contrato. Ademais, para que a pretendida contratação tenha sucesso, é preciso que outras etapas sejam concluídas, quais sejam: a) elaboração de minuta do edital; b) informação da dotação orçamentária; c) designação em Portaria de pregoeiro, equipe de apoio, agente de contratação; d) elaboração de minuta de ata de registro de preços e/ou do contrato; e) encaminhamento do processo para análise jurídica; f) análise da



manifestação jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no parecer, mediante Nota Técnica com os ajustes indicados; g) publicação e divulgação do edital e anexos; h) resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação, caso aplicável; i) realização do certame, com suas respectivas etapas; j) realização de empenho; e l) assinatura e publicação do contrato.

CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Este estudo não identificou a necessidade de realizar contratações acessórias para a perfeita execução do objeto, uma vez que todos os meios necessários para a aquisição dos bens podem ser supridos apenas com a contratação ora proposta. Os bens que se pretende, portanto, são autônomos e prescindem de contratações correlatas ou interdependentes.

POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A empresa Contratada deverá observar as práticas de sustentabilidade previstas em leis, decretos e resoluções de órgãos ambientais, mormente o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis encontrado no site compras.governamentais.gov.br, bem como o respeito a medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho, que possam vir a ser causados pelo objeto contratado.

Impactos ambientais do uso.

Bombas submersas elétricas consomem energia elétrica, que pode ser de fontes não renováveis, contribuindo para as emissões de gases de efeito estufa.

Vazamentos de óleo de lubrificação podem contaminar a água, prejudicando a vida aquática e a qualidade da água.

A sucção da água e a vibração do motor podem impactar a fauna e flora aquática, especialmente em corpos d'água pequenos.

DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Com base na justificativa e nas especificações técnicas descritas neste estudo técnico preliminar e seus anexos, tendo o planejamento orçamentário, para subsidiar esta contratação, declaramos que a contratação é viável, atendendo aos padrões e preços que estão no mercado.